



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

1.1. **Unidade Orçamentária:** Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL

1.2. **Unidade Solicitante:** Coordenadoria de Esporte e Lazer -CEL

2. **DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

2.1. Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada em serviços de alimentação, do tipo Self Service, conforme descrito no ordenamento jurídico citado abaixo:

2.1.1. Lei nº. 8.666/93, que regulamenta e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

2.1.2. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns; e

2.1.3. Decreto nº 26.182, de 24 de junho, de 2021, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica.

3. **DO OBJETO**

O presente Termo de Referência tem como objeto a Contratação de empresa especializada em serviço de alimentação, do tipo Self Service, para atender os participantes: Coordenação Técnica, Atletas, Técnicos, Dirigentes, Tribunal de Justiça Desportiva (TJD), Árbitros e Pessoal de Apoio, participantes da fase final do **XIV JOGOS INTERMUNICIPAIS DE RONDÔNIA - JIR 2023**, que será realizado no período de 29 de setembro de 2023 a 11 de outubro de 2023 no município de Porto Velho.

3.1. **DO OBJETIVO**

A contratação visa garantir o fornecimento de Serviço de Alimentação - Self Service a Coordenação Técnica, atletas, técnicos, assistentes técnicos, dirigentes, árbitros, tribunal de justiça desportiva e grupo de apoio do XIV JOGOS INTERMUNICIPAIS DE RONDÔNIA - JIR 2023, no período de 29 de setembro de 2023 a 11 de outubro de 2023 a ser realizado no município de Porto Velho - Rondônia.

3.2. **DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES DO OBJETO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PERIODO DE UTILIZAÇÃO
01	REFEIÇÃO TIPO SELF SERVICE (à vontade), devendo ser composta de no mínimo: Prato principal (2 tipos de carnes, Acompanhamentos: Arroz branco e feijão, 1 tipo de guarnição, 1 tipo de massa, 2 tipos de saladas, 1 tipo de sobremesa e bebidas: café sem açúcar (fornecer açúcar e adoçante), 1 bebida não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante e água mineral) de 200ml no mínimo por pessoa. Conforme especificação no quadro de composição de cardápio (item 2.3).	Refeições	24.831	11.063 - Almoço: 30/09/2023 à 11/10/2023 13.768 - Jantar: 29/09/2023 à 11/10/2023

Obs. 1: O controle diário de participantes beneficiados com alimentação durante o evento, será através de QR CODE impressos nos Crachás de identificação pessoal ou por assinatura em ficha de presença.

Obs. 2: É obrigação da SEJUCEL a previsão de Contratação da alimentação para todos os participantes do JIR dos municípios visitantes e na porcentagem de 30% de participantes do município sede que não residam no local da sede, conforme Caderno de Encargos e, anexo ([0036315435](#)) e Regulamento Geral JIR 2023 ([0036315345](#)).

CARDÁPIO JIR 2023														
Descrição		29-set	30-set	01-out	02-out	03-out	04-out	05-out	06-out	07-out	08-out	09-out	10-out	11-out
ALMOÇO	Prato Principal 1	SEM PREVISÃO	Frango Xadrez	Lombo assado	Isca de carne com legumes	Rolê de peixe ao forno	Carne de Panela com legumes	Frango Xadrez	Lombo assado	Isca de carne com legumes	Rolê de peixe ao forno	Frango Xadrez	Lombo assado	Isca de carne com legumes
	Prato Principal 2	SEM PREVISÃO	Strogonoff de carne	Strogonoff de frango	Frango ao molho	Bife acebolado	Peito de frango grelhado acebolado	Strogonoff de carne	Strogonoff de frango	Frango ao molho	Bife acebolado	Strogonoff de carne	Strogonoff de frango	Frango ao molho
	Acompanhamentos	SEM PREVISÃO	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão
	Guarnição	SEM PREVISÃO	Batata inglesa corada no forno	Batata palha	Polenta a bolonhesa	Farofa	Farofa de ovo	Batata inglesa corada no forno	Batata palha	Polenta a bolonhesa	Batata Doce	Batata inglesa corada no forno	Batata palha	Polenta a bolonhesa
	Massa	SEM PREVISÃO	Macarrão ao sugo	Macarrão na chapa	Espaguete alho e óleo	Macarrão na chapa	Lasanha de presunto e queijo	Espaguete ao sugo	Macarrão na chapa	Espaguete alho e óleo	Lasanha bolonhesa com queijo	Espaguete ao sugo	Macarrão na chapa	Espaguete alho e óleo
	Salada 1	SEM PREVISÃO	Alface, agrião e tomate	Alface, rúcula, tomate e cebola	Alface, agrião e tomate	Alface, rúcula, tomate e cebola	Alface, rúcula, tomate e cebola	Alface, agrião e tomate	Alface, rúcula, tomate e cebola	Alface, agrião e tomate	Alface, rúcula, tomate e cebola	Alface, agrião e tomate	Alface, rúcula, tomate e cebola	Alface, agrião e tomate
	Salada 2	SEM PREVISÃO	Cenoura, beterraba e milho	Chuchu cozido	Carpaccio de abobrinha	Cenoura, vagem e brócolis cozido	Cenoura, vagem e brócolis cozido	Cenoura, beterraba e milho	Chuchu cozido	Carpaccio de abobrinha	Salada de feijão fradinho, tomate e pimentão verde	Cenoura, beterraba e milho	Chuchu cozido	Carpaccio de abobrinha
	Sobremesas	SEM PREVISÃO	Banana e abacaxi	Salada de frutas	Salada de frutas	Abacaxi e maça	Abacaxi e maça	Banana e abacaxi	Salada de frutas	Doce	Mamão e Maça	Banana e abacaxi	Salada de frutas	Doce
	Bebida	café sem açúcar (açúcar e adoçante), 1 bebida não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante e água mineral).												
Descrição		29-set	30-set	01-out	02-out	03-out	04-out	05-out	06-out	07-out	08-out	09-out	10-out	11-out
JANTAR	Prato Principal 1	Lagarto ao molho madeira	Bife de panela ao molho de tomate	Rocambole de carne	Torta madalena (massa de batata com carne moída)	Bisteca suina	Lagarto ao molho madeira	Bife de panela ao molho de tomate	Rocambole de carne	Torta madalena (massa de batata com carne moída)	Bisteca suina	Bife de panela ao molho de tomate	Rocambole de carne	Torta madalena (massa de batata com carne moída)
	Prato Principal 2	Rolê de Peixe ao Forno	Frango empanado	Coxa e sobrecoxa assadas	Peito de frango grelhado	Frango empanado	Rolê de Peixe ao Forno	Frango empanado	Coxa e sobrecoxa assadas	Peito de frango grelhado	Frango empanado	Frango empanado	Coxa e sobrecoxa assadas	Peito de frango grelhado
	Acompanhamentos	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão	Arroz branco e feijão
	Guarnição	Farofa de Banana	Farofa de alho e cebola	Purê de Batata	Panachê de legumes	Farofa	Farofa de Banana	Farofa de alho e cebola	Purê de Batata	Panachê de legumes	Farofa de Banana	Farofa de alho e cebola	Purê de Batata	Panachê de legumes
	Massa	Espaguete alho e óleo	Macarrão à bolonessa	Pennê a primavera	Espaguete ao sugo	Macarrão na chapa	Espaguete alho e óleo	Macarrão à bolonessa	Pennê a primavera	Espaguete ao sugo	Macarrão na chapa	Macarrão à bolonessa	Pennê a primavera	Espaguete ao sugo
	Salada 1	Alface, rúcula, tomate,	Alface, agrião, tomate e cebola	Alface, rúcula e tomate	Alface, agrião, beterraba e cenoura	Alface, rúcula, tomate e cebola	Alface, rúcula, tomate,	Alface, agrião, tomate e cebola	Alface, rúcula e tomate	Alface, agrião, beterraba e cenoura	Alface, rúcula, tomate e cebola	Alface, agrião, tomate e cebola	Alface, rúcula e tomate	Alface, agrião, beterraba e cenoura

		beterraba ralada					beterraba ralada							
	Salada 2	Carpaccio de beringela	Couve flor cozido	Salpicão de frango	Salada de grão de bico	Cenoura, vagem e brócolis cozidos	Carpaccio de beringela	Couve flor cozido	Salpicão de frango	Salada de grão de bico	Cenoura, vagem e brócolis cozidos	Couve flor cozido	Salpicão de frango	Salada de grão de bico
	Sobremesas	Banana e maça	Doce	Banana e abacaxi	Pêra e manga	Doce	Banana e melancia	Doce	Banana e abacaxi	Pêra e manga.	Doce	Doce	Banana e abacaxi	Pêra e manga.
	Bebida	café sem açúcar (açúcar e adoçante), 1 bebida não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante e água mineral).												
Observações:														
01 – Suco de Poupá de Frutas/														
02 – Cardápio poderá sofrer alteração desde que aprovado pela Contratante;														

4. DAS JUSTIFICATIVAS:

4.1. DO INTERESSE PÚBLICO

A Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL deseja contratar empresa especializada em Serviços de Alimentação, do tipo SELF SERVICE, para atender os participantes: Atletas, Técnicos, Dirigentes, Árbitros e Grupo de Apoio (STAF), que farão parte da fase final do **XIV JOGOS INTERMUNICIPAIS DE RONDÔNIA – JIR 2023**, que será realizado no período de 29 de setembro de 2023 a 11 de outubro de 2023 no município de Porto Velho – Rondônia. Este investimento está previsto no Plano de Trabalho elaborado pela Coordenação de Esporte e Lazer CEL/SEJUCEL, bem como, no Plano Plurianual 2020 – 2023, nas **Ações 01.1604.27.811.1216.1064 – Implementar o Desenvolvimento do Desporto de Rendimento pela LOA 2023**. O JIR será realizado em 14 modalidades: Capoeira, Tênis de Mesa, Xadrez, Atletismo, Karatê, Ciclismo, Judô, Taekwondo, Basquetebol, Futsal, Vôlei de Praia, Futebol Society, Voleibol e Handebol.

Ao fomentar o esporte de rendimento, nosso objetivo é mobilizar todo o estado de Rondônia e a cada ano aumentar o envolvimento dos participantes e modalidades, reforçando a necessidade constante de aperfeiçoamento em termos estruturais. O público alvo para os eventos serão: JIR - atletas com registro de título de eleitor no estado de Rondônia e cada modalidade poderá ter em sua relação nominal até 30% (trinta) por cento de atletas com registro em outros estados ou países.

O projeto que ora se propõe, diante da necessidade de se elaborar e implantar estratégias que propiciem a implementação das **políticas de desenvolvimento do desporto** no âmbito estadual, atuando na perspectiva das seguintes linhas temáticas: ***“Esporte, Lazer Qualidade de Vida”, “Direito ao Esporte e ao Lazer”, “Esporte e Alto Rendimento” e consequentemente fortalecer as temáticas do “Esporte, Administração e Legislação” e “Esporte, Economia e Negócios”***, agregando valores à dinâmica que a prática do Desporto traz consigo.

Os Jogos Intermunicipais de Rondônia – JIR, é um projeto sem precedentes no Estado de Rondônia e sua base está fundamentada em um trabalho de longo prazo, no qual se buscará o aperfeiçoamento constante dos mecanismos de organização e execução do evento. As regras e procedimentos a serem observados nesta publicação foram criados para atender atletas, técnicos, comissões técnicas, imprensa, patrocinadores e público. Tais temáticas, são oriundas de debates emanados das Conferências do Desporto realizadas em todo país, onde se analisam as demandas e se discutem os caminhos do Esporte e do Lazer, apresentando-se propostas e ações que visem a excelência na **gestão pública** do Desporto como complemento às demais políticas básicas (social, saúde, educação, segurança, etc.), às quais todo cidadão tem direito e que estão previstas na Constituição.

Promover a **prática do desporto** como meio de **inserção social** é a meta principal de um Estado que pensa e age **socialmente**. O Governo de Rondônia trabalha para ampliar os horizontes de sua juventude em integração com toda a comunidade, e nada melhor para isso do que investir no esporte.

Os Jogos Intermunicipais de Rondônia - JIR é uma importante competição do desporto não profissional do Estado de Rondônia, e cuja realização tem contribuído para a **integração social** entre municípios e regiões socioeconômicas do Estado e seus respectivos atletas, e o fortalecimento de diversas modalidades esportivas no Estado. Foi instituído através da **0036083724LEI Nº. 3.665. DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015 (J)**. Art. 1º - Fica criado no âmbito do Estado de Rondônia os **Jogos Intermunicipais de Rondônia - JIR**. § 1º. Os Jogos Intermunicipais de Rondônia - JIR é manifestação do **desporto de rendimento**, organizados pelo **Governo do Estado**, por meio da **Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL**, que elaborará o projeto de execução para sua realização, sempre em parceria com o município sede. §2º. Os jogos regular-se-ão, genericamente, pela legislação vigente aplicável e, especificamente, pelas disposições estabelecidas em Regulamento e atos administrativos expedidos pela SEJUCEL e pelas Entidades de Administração do Desporto.

A realização do JIR torna-se obrigatória com a Lei 3.665, de 13/12/2015, no período de 29 de setembro de 2023 a 11 de outubro de 2023, atletas irão competir em 14 modalidades esportivas (atletismo, capoeira, judô, karatê, taekwondo, tênis de mesa, ciclismo, xadrez, futebol Society, futsal, basquetebol, handebol, voleibol e vôlei de praia). Mais do que isso, irão trocar experiências, valores, culturas e, sobretudo, intensificar em cada um a emoção e o orgulho de serem rondonienses.

A Secretaria Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL é responsável pelas seguintes atividades relacionadas ao projeto “Jogos Intermunicipais de Rondônia - JIR”.

- Articulação junto aos municípios para divulgação e estabelecimento de parcerias;
- Contratação e celebração de parcerias com empresas e instituições especialistas;
- Elaboração e distribuição dos Regulamentos Geral e Técnico;

- Promoção de Reuniões Técnicas e Administrativas e Assessoramento, acompanhamento e supervisão da execução dos Jogos;

Portanto não só pelo cumprimento às Leis acima mencionadas, mas principalmente no fato de que o potencial esportivo do Estado de Rondônia necessita ser trabalhado, a fim de fortalecê-lo, por meio da consecução de ações e políticas que aproveitem este potencial e permitam que sejam oferecidas condições de melhoria da qualidade de vida às populações, oportunizando a participação do cidadão em eventos desse porte.

Ao educar o jovem através da prática desportiva estamos cada vez mais difundindo e reforçando a construção da cidadania e os ideais do movimento olímpico. Ideais direcionados à construção de um mundo melhor e mais pacífico, **livre de qualquer tipo de discriminação** e dentro do espírito de compreensão mútua, fraternidade, solidariedade, **cultura da paz e fair-play (jogo limpo)**. Através das atividades desportivas, as pessoas constroem seus valores, seus conceitos, socializam-se e, principalmente, vivem as realidades. A realização dos Jogos Intermunicipais de Rondônia - JIR/2023, objetiva oportunizar o intercâmbio esportivo entre as diversas comunidades dos municípios rondonienses, proporcionando o exercício da cidadania e a inclusão social. Importante ressaltar que todas as temáticas citadas acima estão inseridas no modelo de **Inclusão Social** adotado pelo **Governo do Estado de Rondônia** para a atual gestão, onde as ações interdisciplinares envolvem outros órgãos governamentais afins, no intuito de garantir a qualidade nos serviços prestados aos cidadãos rondonienses.

Os Jogos Intermunicipais de Rondônia – JIR/2023 abrangerá os 52 municípios do Estado, sendo dividido o estado em 07 (sete) regiões, classificando para a fase final o primeiro lugar de cada regional, juntamente com o município sede que participaram 8 município em casa modalidade com excessão a modalidade de volei de praia que classificarão as 16 melhores equipes sendo o município sede, mais o primeiro e segundo lugar de cada regional e um município terceiro lugar do regional com maior número de inscritos.

Região I	Região II	Região III	Região IV	Região V	Região VI	Região VII
Porto Velho	Ariquemes	Jaru	Presidente Médici	Cacoal	Rolim de Moura	Vilhena
Guajará-Mirim	Rio Crespo	Nova União	Teixeirópolis	Pimenta Bueno	Santa Luzia D'oeste	Colorado do Oeste
Nova Mamoré	Alto Paraíso	Mirante da Serra	Urupá	Espigão do Oeste	Alta Floresta D'oeste	Cerejeiras
Candeias do Jamari	Monte Negro	Vale do Paraíso	Alvorada do Oeste	Ministro Andreazza	Nova Brasilândia D'oeste	Pimenteiras do Oeste
Itapuã do Oeste	Campo Novo de Rondônia	Vale do Anari	São Francisco do Guaporé	Parecis	Alto Alegre dos Parecis	Cabixi
	Buritituba	Theobroma	São Miguel do Guaporé	São Felipe D'oeste	Castanheiras	Chupinguaia
	Cacaulândia	Gov. Jorge Teixeira	Seringueiras	Primavera de Rondônia	Novo Horizonte do Oeste	Corumbiara
	Cujubim	Ouro Preto do Oeste	Ji-Paraná			
		Machadinho do Oeste	Costa Marques			

Desta forma, realizar o evento é promover a democratização e possibilitar o acesso da população dos municípios de Rondônia a todas as manifestações esportivas, nas ações promovidas pelo Governo do Estado, bem como estimular o desenvolvimento técnico esportivo das representações municipais, buscando avaliar e apresentar subsídios a partir da análise científica, quantitativa e qualitativa.

- Incentivar o esporte não profissional, como forma de participação das comunidades na troca de experiências esportivas e um convívio alegre sadio;
- Diminuir a situação de exclusão e risco social de cidadãos carentes, pela intensificação da prática esportiva;
- Promover a integração das diversas comunidades dos municípios rondonienses;
- Despertar o interesse dos diversos segmentos da população pela prática esportiva;
- Oportunizar o surgimento de talentos nas mais diversas modalidades;
- Promover o esporte como meio de convergência de esforços do governo e da sociedade no combate à pobreza e na redução das desigualdades;
- Redimensionar os valores sócio-cultural-esportivos dos recursos humanos disponíveis, encaminhando-os para o esporte rendimento;
- Oportunizar a participação de atletas em uma competição com nível técnico mais elevado.

Ser sede de competições traz muitos benefícios, tanto no aspecto de promoção do esporte enquanto fenômeno de **saúde e socialização**, quanto de infraestrutura das praças esportivas, este é um dos legados do JIR.

Assim vem justificar a necessidade da Contratação de empresa especializada em alimentação self-service, pensando na integridade física e mental dos atletas participantes do **XIV JOGOS INTERMUNICIPAIS DE RONDÔNIA – JIR 2023**, que será realizado no município de Porto Velho e irá atender aproximadamente **2.880 (dois mil e oitocentos e oitenta mil) participantes de forma direta e de 10.000 (dez mil) participantes de forma indireta.**

4.2. DAS QUANTIDADES

Os quantitativos solicitados foram definidos pela Coordenação de Esporte e Lazer, após verificar o quantitativo de atletas, técnicos, assistentes técnicos, dirigentes e árbitros de cada modalidade esportiva, conforme quantidade de participantes definidos no regulamento específico de cada modalidade, regulamento geral e caderno de encargos do **XIV JOGOS INTERMUNICIPAIS DE RONDÔNIA 2023**. E também tomou por base o quantitativo de participantes dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

MODALIDADES INDIVIDUAIS	29-set	30-set	30-set	01-out	01-out	02-out	02-out	03-out	03-out	04-out	04-out	05-out	05-out	06-out	06-out	07-out	07-out	08-out	08-out	09-out	09-out	10-out	10-out	11-out	11-out
	SEX	SÁB	SÁB	DOM	DOM	SEG	SEG	TER	TER	QUA	QUA	QUI	QUI	SEX	SEX	SÁB	SÁB	DOM	DOM	SEG	SEG	TER	TER	QUA	QUA
Ciclismo	112	112	112	112	112	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tênis de Mesa	42	42	42	42	42	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Karate	140	140	140	140	140	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capoeira	84	84	84	84	84	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atletismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	224	224	224	224	224	224	0	0	0	0	0	0
Xadrez	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	82	82	82	82	82	82	0	0	0	0	0	0
Judô	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	126	126	126	126	126	126	0	0	0	0	0	0
Taekwondo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	126	126	126	126	126	126	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE PESSOAS (1)	378	378	378	378	378	0	0	0	0	0	0	0	0	558	558	558	558	558	558	0	0	0	0	0	0
MODALIDADES COLETIVAS	29-set	30-set	30-set	01-out	01-out	02-out	02-out	03-out	03-out	04-out	04-out	05-out	05-out	06-out	06-out	07-out	07-out	08-out	08-out	09-out	09-out	10-out	10-out	11-out	11-out
	SEX	SÁB	SÁB	DOM	DOM	SEG	SEG	TER	TER	QUA	QUA	QUI	QUI	SEX	SEX	SÁB	SÁB	DOM	DOM	SEG	SEG	TER	TER	QUA	QUA
Handebol	252	252	252	252	252	252	252	144	144	144	144	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Futebol Society	224	224	224	224	224	224	224	128	128	128	128	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Voleibol	196	196	196	196	196	196	196	112	112	112	112	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Volei de Praia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	96	96	96	96	96	96	0	0	0	0	0	0
Basquetebol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	196	196	196	196	196	196	196	196	112	112	112	112
Futsal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	224	224	224	224	224	224	224	224	128	128	128	128
TOTAL DE PESSOAS (2)	672	672	672	672	672	672	672	384	384	384	384	0	0	516	516	516	516	516	516	420	420	240	240	240	240
Dirigentes, Tribunal de Justiça, Apoio e Arbitragem	29-set	30-set	30-set	01-out	01-out	02-out	02-out	03-out	03-out	04-out	04-out	05-out	05-out	06-out	06-out	07-out	07-out	08-out	08-out	09-out	09-out	10-out	10-out	11-out	11-out
	SEX	SÁB	SÁB	DOM	DOM	SEG	SEG	TER	TER	QUA	QUA	QUI	QUI	SEX	SEX	SÁB	SÁB	DOM	DOM	SEG	SEG	TER	TER	QUA	QUA
Dirigentes	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140
Tribunal de Justiça Desportiva	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Município sede 30% de participantes	45	45	45	45	45	27	27	27	27	27	27	0	0	39	39	39	39	39	39	15	15	15	15	15	15
Coordenação Técnica SEJUCEL	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Arbitragem- Atletismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45	45	45	45	45	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Taekwondo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	15	15	15	15	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Tênis de Mesa	12	12	12	12	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Xadrez	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	12	12	12	12	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Ciclismo	15	15	15	15	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Capoeira	15	15	15	15	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Judô	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	8	8	8	8	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Karatê	15	15	15	15	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Handebol	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Futebol Society	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Voleibol	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Volei de Praia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	20	20	20	20	0	0	0	0	0	0
Arbitragem - Basquetebol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Arbitragem - Futsal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Pessoal de Apoio	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total de Pessoas (3)	439	439	439	439	439	364	364	364	364	364	364	277	277	316	456	456	456	456	456	332	332	332	332	332	332

Total de Refeições Diárias - Pessoas (1)+Pessoas (2)+Pessoas (3)																									
Total de Refeições	29-set	30-set	30-set	01-out	01-out	02-out	02-out	03-out	03-OUT	04-out	04-out	05-out	05-out	06-out	06-out	07-out	07-out	08-out	08-out	09-out	09-out	10-out	10-out	11-out	11-out
	SEX	SÁB	SÁB	DOM	DOM	SEG	SEG	TER	TER	QUA	QUA	QUI	QUI	SEX	SEX	SÁB	SÁB	DOM	DOM	SEG	SEG	TER	TER	QUA	QUA
Total de Almoço	-	1.489	-	1.489	-	1.036		748	-	748	-	277	-	316	-	1.532	-	1.532	-	752	-	572	-	572	-
Total de Jantar	1.489	-	1.489	-	1.489	-	1.036	-	748	-	748	-	277	-	1.532	-	1.532	-	1.532	-	752	-	572	-	572
Total de Refeições Diárias	1.489	2.978		2.978		2.072		1.496		1.496		554		1.848		3.064		3.064		1.504		1.144		1.144	
Nas modalidades coletivas terão uma diminuição de aproximadamente 50% (cinquenta) por cento de participantes a partir do quarto dia de competição nas fases quarta de final, semi final e final																									

QUANTITATIVO DE PARTICIPANTES											
Modalidades	Atletas Masculino	Atletas Feminino	Técnicos e Assistentes Masculino	Técnicos e Assistentes Feminino	Árbitros Masculino	Árbitros Feminino	Cálculo dos 30% Masculino	Cálculo dos 30% Feminino	Outros Masculino	Outros Feminino	Total de Participantes
Atletismo	105	105	14	14	12	6	5	5	-	-	266
Capoeira	35	35	14	14	5	3	2	2	-	-	110
Basquetebol	84	84	28	28	8	4	4	3	-	-	243
Handebol	112	112	28	28	8	4	5	5	-	-	302
Tênis de Mesa	14	14	14	14	4	3	2	2	-	-	67
Xadrez	35	35	14	14	4	2	2	2	-	-	108
Ciclismo	49	49	14	14	4	2	2	2	-	-	136
Judô	56	56	14	14	5	3	2	2	-	-	152
Volei de Praia	32	32	16	16	8	4	1	1	-	-	110
Futsal	98	98	28	28	8	4	4	4	-	-	272
Voleibol	84	84	28	28	8	4	4	4	-	-	244
Taekwondo	56	56	14	14	4	3	2	2	-	-	151
Karatê	63	63	14	14	6	3	3	3	-	-	169
Futebol Society	98	98	28	28	8	4	5	4	-	-	273
Dirigentes	-	-	-	-	-	-			100	40	140
Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-			4	3	7
Apoio/Staff	-	-	-	-	-	-			60	40	100
Coordenação Técnica	-	-	-	-	-	-			20	10	30
TOTAL	921	921	268	268	92	49	43	41	184	93	2.880

5. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

5.1. Nos termos do Decreto 26.182/2021, o Estudo Técnico Preliminar constitui peça dispensável para a licitação, se assim entender o órgão requisitante:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:

(...)

IV - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

(...)

§ 3º O estudo técnico preliminar de que trata o inciso X deverá ser elaborado pela Unidade requisitante, sempre que entender necessário.

5.2. Nesse sentido, considerando que os materiais permanentes pretendidos tratam-se de itens comuns, e sem complexidade na sua entrega, que, também, não demandam garantia extra, especificações técnicas complexas, bem como tratam-se de itens cujas especificações são exatas e suficientes para a execução adequada, assim como inexistem contratações correlatas ou métodos especiais de tratamento. Deste modo, entende-se que o estudo técnico preliminar pode ser dispensado.

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O controle diário de participantes beneficiados com alimentação durante o evento, será através de QR CODE impressos nos Crachás de identificação pessoal ou através de assinatura em documento oficial da SEJUCEL.

6.1. Do Local e Horário de Realização dos Serviços:

Os serviços serão executados no município de Porto Velho, no período de 29 de setembro de 2023 a 11 de outubro de 2023. O serviço de Alimentação – Self Service consiste no fornecimento de almoço e jantar aos atletas, comissão técnica, dirigentes, arbitragem e apoio do município (STAFS), em datas específicas, no local indicado pela **CONTRATADA**, que deverá servir as refeições em local amplo e arejado com Ar Condicionado.

O acesso ao restaurante para as refeições deverá ser franqueado aos autorizados de 11h as 15h30min, no almoço e de 18h as 23h, no jantar. A pedido da Contratante, o horário poderá ser estendido, devido os horários das provas e jogos;

Será de responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA, disponibilizar de no mínimo 150 mesas com cadeiras e toalhas, além de todos os utensílios de cozinha.

O Município sede será o responsável pelo transporte dos participantes do local de hospedagem para o de refeições e vice versa, conforme preconiza o Caderno de Encargos, dos Deveres do Município Sede ([0036315435](#));

6.2. PARA SERVIR A REFEIÇÃO

- O local para servir as refeições é de competência da Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer. Porém a A futura **CONTRATADA** deverá disponibilizar os equipamentos necessários, louças e utensílios, materiais descartáveis, podendo a fiscalização exigir em ambos os casos e a qualquer momento, o aumento ou redução dos mesmos, de acordo com as necessidades detectadas conforme especificações abaixo, para atender os Serviços de Alimentação - Self-Service..

- Pratos de louça;

- Talher completo em aço ou similar;

- Guardanapos descartáveis;

- Copos descartáveis;

- Demais materiais Descartáveis ou em louças que se fizerem necessários;

- Álcool em Gel na entrada do local para higienização dos participantes

- A empresa Contratada ficará responsável pela limpeza e conservação da área em que serão servidas as refeições, limpeza e conservação dos materiais de sua propriedade como: panelas, recipiente, vasilhames, vasilhas, talheres, copos e outros.

- Permitir o acesso e a permanência dos servidores, colaboradores e outras pessoas indicadas pela **CONTRATANTE** às áreas comuns do estabelecimento e, quando for o caso, para fins de fiscalização e acompanhamento de eventuais ocorrências.

- Permitir a instalação, nas áreas comuns do estabelecimento, de equipamentos de gravação/transmissão e de material de divulgação do evento (folders, banners, cartazes) bem como mobiliário de propriedade da **CONTRATADA** a ser utilizado por recepcionista vinculada à atividade, sendo este(a) contratado ou alocado(a) pela **CONTRATANTE**.

- Viabilizar o acesso da **CONTRATANTE**, por meio do Fiscal do Contrato, pessoa ou comissão por ela instituída às dependências dos estabelecimentos selecionados para bloqueio, para fins da vistoria (visita) técnica.

- A Contratada deverá apresentar Prova de Registro ou Inscrição, expedido pelo Conselho Regional de Nutrição e de seu responsável técnico, conforme RESOLUÇÃO CFN N.º 229/1999.

- A Contratada deverá apresentar **declaração de disponibilidade de Profissional Nutricionista**, que será o responsável técnico pelos serviços executados (Lei Ordinária nº. 2195, de 30 de novembro de 2009), bem como com **a anuência do mesmo**, no momento da habilitação, conforme objeto do presente termo.

6.3. Do Acompanhamento da Execução dos Serviços

A Contratada será responsável integralmente pela execução dos serviços, *conforme constante no objeto* da presente Solicitação de Compras, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição IMEDIATA daqueles itens ou serviços que não estejam em conformidade com as referidas especificações:

1. No recebimento e fiscalização dos serviços serão observadas as especificações contidas neste Termo de Referência, no Edital e nas disposições contidas nos Artigos de 73 a 76, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02 e suas alterações;
2. Recebidos os serviços, nos termos acima, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal, vier a se constatar incompatibilidade com as especificações, proceder-se-á a sua substituição imediata;

3. Expedida a Autorização de fornecimento e/ou Executado o Contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado à observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI e § 4º, inciso II, c/c o art. 73, inciso I, “a” e “b”, da Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/2002, e alterações, sendo que a fiscalização e o recebimento dos serviços ficarão sob responsabilidade da Comissão de Recebimento da SEJUCEL, designada pelo Ordenador de Despesa, podendo ser:

A comissão nomeada por portaria fará a fiscalização e o recebimento da quantidade e qualidade dos serviços executados, e apresentará o relatório;

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 7.1. O critério de julgamento das propostas será de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, em conformidade aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93 e nº 10.520/2002 suas posteriores alterações.
- 7.2. O licitante deverá encaminhar proposta de preços com o detalhamento do objeto ofertado e o preço apresentando o valor unitário e total, e a mesma deverá atender todas as condições e especificações constantes no item **3. Da Especificação e Quantidade do Objeto**, deste Termo de Referência e seus anexos.
- 7.3. O preço ofertado deve ter a inclusão dos tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução.
- 7.4. Não será aceita oferta de objeto com especificações inferiores ao do TR.

8. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTE PREGÃO ELETRÔNICO, EMPRESAS QUE ESTEJAM ENQUADRADAS NOS SEGUINTE CASOS:

- 8.1. *Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o objeto da licitação não ser de grande porte, complexo tecnicamente, e tampouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa, portanto, não é o caso da aplicação do art. 33, da Lei Federal N. 8.666/93.*

9. DO BEM OU SERVIÇO COMUM

- 9.1. Para aquisição de Bem ou Serviço Comum, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

- 9.2. Para um maior entendimento a respeito do Bem/Serviço Comum, segue uma transcrição do 20º Parecer/CONSUCMA/PRF3/PGF/AGU nº 432/2014:

"Bens e serviços comuns são produtos cuja a escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. São encontráveis facilmente no mercado. São exemplos de bens comuns: caneta, lápis, borrachas, papéis, mesa, cadeiras, veículos, aparelho de ar refrigerado, etc e de execução de serviços: confecção de chaves, manutenção de veículos, colocação de piso, troca de azulejos, pintura de parede, etc. O bem ou serviço será comum quando for possível estabelecer para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto".

- 9.3. Diante do exposto, o objeto do Termo de Referência trata-se de **BEM COMUM**.

10. DA GARANTIA DO SERVIÇO

- 10.1. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
- 10.2. O prazo para substituição dos itens danificados, que estejam dentro do prazo de garantia, será imediato, sem ônus para a Administração.
- 10.3. Durante o período de garantia do objeto, a empresa contratada deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela retirada, embalagem, frete e entrega do objeto sem quaisquer ônus para a Administração Pública.
- 10.4. Caso os prazos mencionados nestes itens não estejam expressamente indicados nas propostas, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento;
- 10.5. O horário para atendimento dos chamados deverá ser no horário de expediente da Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL, das 7h30min às 13h30.

11. DO RECEBIMENTO

- 11.1. O recebimento, conforme a Lei Federal n. 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos) se dará na forma abaixo:

- 11.1.1. No recebimento e aceitação do objeto serão observadas as especificações contidas no Termo de Referência e as disposições contidas nos Artigos de 73 a 76, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sendo:
- a) *“Provisoriamente (IMEDIATO), pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termos circunstanciados, assinados pelas partes do contrato;”*
- b) *“Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93, no prazo não superior a 10 (dez) dias úteis.”*
- 11.1.2. O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil, pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem ético profissional, pela perfeita execução do contrato;
- 11.2. **DA FATURA/NOTA FISCAL:**
- 11.2.1. O objeto será recebido, conferido e atestado pela Comissão de Recebimento desta SEJUCEL, nomeada por portaria vigente pelo Ordenador de Despesa.
- 11.2.2. Deverão ser apresentadas na SEJUCEL, Notas Fiscais/Faturas emitidas em nome da **unidade orçamentária descrita na Nota de Empenho emitida**, devendo conter no corpo da mesma: a descrição do Objeto, número da Agência e Conta Bancária da Empresa para depósito do pagamento, juntamente com as Certidões de Habilitação.
- 11.2.3. No ato da emissão da Nota Fiscal deverá ser encaminhado uma **cópia em PDF** para o e-mail contratossejucel@gmail.com para conferência da mesma.
12. **DAS OBRIGAÇÕES**
- 12.1. **DA CONTRATANTE:**
- 12.1.1. Efetuar a fiscalização quando da entrega do serviço, certificando sua compatibilidade com a finalidade pública e especificações;
- 12.1.2. Comunicar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade verificada por ocasião do recebimento dos serviços, tomando providências necessárias para sua devolução, se for o caso;
- 12.1.3. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, desde que em conformidade com o exigido;
- 12.1.4. Aplicar as sanções que couberem às inadimplências do Contratado, depois de garantir a ampla defesa e o contraditório;
- 12.1.5. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas;
- 12.1.6. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição.
- 12.1.7. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- 12.1.8. A Contratante poderá realizar, através dos fiscais de contrato, provas dos cardápios produzidos com a finalidade de atestar os parâmetros de qualidade, quando houver algum indício ou denúncia da má qualidade;
- 12.1.9. A Contratante poderá exigir, após a prova das preparações, a substituição de qualquer gênero ou componente alimentar que não oferece a qualidade e condição de salubridade exigida.
- 12.1.10. A Contratante poderá recusar gêneros alimentícios ou preparações quando verificada a qualidade inferior ou em mal estado de conservação que foram consideradas impróprias para consumo;
- 12.1.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que não atender as especificações.
- 12.2. **DA CONTRATADA:**
- 12.3. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir:
- 12.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais as supressões que se fizerem necessárias, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 65, da Lei nº 8.666/93, sendo o mesmo objeto de exame da Procuradoria Geral do Estado;
- 12.5. A empresa contratada deverá comunicar, por escrito, via *e-mail* (contratossejucel@gmail.com), no prazo de até 03 (três) dias consecutivos, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Termo Contratual, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;
- 12.6. A CONTRATADA deverá garantir os serviços contratados e responderá, nos ditames da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual.
- 12.7. A contratante poderá realizar acréscimo ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitadas os limites do artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) da (s) Contratada (s).
- 12.8. Todas as despesas relativas à execução dos serviços correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**;
- 12.9. A CONTRATADA é responsável pela indenização de eventual dano causado ao usuário, e pessoas a eles vinculadas, decorrentes de ação ou omissão, voluntária ou não, praticadas por seus profissionais ou prepostos, assim como eventuais danos causados pelos usuários no local de prestação de serviço.

- 12.10. A CONTRATADA declara aceitar os termos das normas gerais de alimentação, bem como legislação dos órgãos de fiscalização aplicáveis, inclusive no que tange a sujeição às necessidades e demanda da CONTRATANTE.
- 12.11. O CONTRATADA se submeterá às normas definidas pela CONTRATANTE quanto ao fluxo de atendimento, comprovação do fornecimento e consumo das refeições e outros procedimentos necessários a satisfação dos usuários, desde que previstos neste Termo, em Edital, ou em legislação.
- 12.12. A CONTRATADA deverá dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, possuidores de título ou certificado da especialidade, e em quantitativo suficiente à execução dos serviços a serem prestados, sempre que a natureza do serviço exigir;
- 12.13. Manter a execução dos serviços de acordo com as normas aplicáveis, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes dos serviços executados;
- 12.14. A Administração se eximirá de qualquer responsabilidade civil ou criminal, em caso de erro na prestação de serviço, culposo ou doloso, durante a vigência do contrato;
- 12.15. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE referente a irregularidades ou falhas não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no contrato.
- 12.16. A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pelo serviço a ser prestado nos termos da legislação vigente.
- 12.17. Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente pela boa qualidade da prestação de serviços, respondendo perante a CONTRATANTE por ocorrência de procedimentos inadequados para os fins previstos no presente Termo;
- 12.18. Corrigir de pronto os problemas apresentados pela fiscalização da CONTRATANTE sob pena de aplicação de multas e demais penalidades previstas no edital.
- 12.19. Responsabilizar-se por eventuais paralisações do serviço, por parte de seus empregados, garantindo a continuidade dos serviços, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE;
- 12.20. A fiscalização pela CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 12.21. O prestador de serviços se submeterá às normas definidas pela Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer quanto ao fluxo de atendimento, sua comprovação, e outros procedimentos necessários ao ágil relacionamento com o prestador e a satisfação do usuário.
- 12.22. Não haver o reaproveitamento de sobra de alimentos, preparações condimentadas, embutidos e/ou alimentos ultra processados.
- 12.23. A CONTRATADA deverá, manter a higiene e a ordem no local de fornecimento da alimentação, evitando a presença de vetores, pragas urbanas e animais domésticos;
- 12.24. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive fiscais), frete e encargos trabalhistas que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre o objeto do presente Termo de Referência.
- 12.25. Responsabilizar - se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da fabricação/transporte dos serviços e/ou materiais.
- 12.26. Arcar com todas as despesas destinadas a cobertura de seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- 12.27. Responsabilizar-se por danos causados diretamente a administração ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo desta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do contratante.
- 12.28. Prestarem todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.
- 12.29. Caso, a qualquer tempo a **CONTRATANTE** ou a **CONTRATADA**, sejam favorecidas com benefícios fiscais, isenções e/ou reduções tributárias, as vantagens auferidas refletirão numa redução do preço;
- 12.30. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei Federal 8.666/1993.

13. **DAS SANÇÕES E PENALIDADES:**

- 13.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 8% (oito por cento) sobre a parcela inadimplida;
- 13.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

TABELA DE MULTAS			
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Permitir situação que cria possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência;	06	4,0%

2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito a entrega do bem;	05	3,2 %
3	Recusar-se a entregar o bem determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6 %
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência;	05	3,2 %
5	Entregar o bem incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência;	02	0,4 %
Para os Itens a seguir, deixar de:			
6	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	3,2 %
7	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência;	03	0,8 %
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8 %
9	Entregar o objeto nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por ocorrência;	02	0,4 %
10	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4 %
11	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência;	01	0,2 %

*Incidente sobre a parte inadimplida do contrato.

13.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, **ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual).

13.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

13.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

13.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

13.7. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

13.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 26.182/2021:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentação de documentação falsa;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;

e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

13.9. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

13.10. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos.

13.11. A não observância da execução do serviço de acordo com o cronograma definido no subitem 2.3 do Termo de Referência, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

13.12. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

13.13. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

13.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.15. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

13.16. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14. PAGAMENTO:

14.1. Deverão ser apresentadas na SEJUCEL, Notas Fiscais/Faturas emitidas em nome da Unidade Orçamentária descrita na Nota de Empenho emitida por esta Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer- SEJUCEL, devendo conter no corpo da mesma: a descrição do Objeto, número da Agência e Conta Bancária da Empresa para depósito do pagamento.

14.2. O pagamento, decorrente da realização da entrega dos objetos deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do aceite definitivo dos mesmos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pela comissão designada competente para recebimento, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a” da Lei 8.666/93 e alterações;

14.3. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual **“exceto a parcela introversa”**.

14.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer- SEJUCEL, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

14.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

14.6. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.

14.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

14.8. Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer- SEJUCEL, efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à **CONTRATADA**;

14.9. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento;

14.10. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \times 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira};$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual};$$

$$EM = \text{Encargos moratórios};$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento};$$

VP = Valor da parcela em atraso.

14.11. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo;

14.12. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Trabalhista e Certidão Negativa Federal, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos, podendo ser negativa com auto de positiva.

14.13. Serão aceitas "**certidões positivas com efeito negativo**".

15. **DA HABILITAÇÃO**

Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos artigos 27 a 31 e 40, inciso VI da Lei 8.666/93, documentação relativa a:

15.1. **Habilitação Jurídica**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do [Decreto nº 11.476/2023](#).

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução [Normativa RFB nº 971, de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#).

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

*Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

15.2. **Qualificação Técnica**

15.3. A qualificação técnica será exigida em conformidade com o art. 4º da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL.

Art. 4º Os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais relativos à prestação de serviços em geral e obras de engenharia, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte:

I. até 80.000,00 (oitenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características;

II. de 80.000,00 (oitenta mil reais) a 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidade, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo;

III – acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) – apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características, quantidade e prazo, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo.

15.4. Os Atestados de Capacidade Técnica, comprovando o desempenho da licitante em contrato compatível em características e quantidades (art. 4, I, II e III da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL), com o objeto da licitação, será conforme delimitado abaixo:

15.5. Considerando os valores da contratação, **PARA O ITEM 01** as empresas deverão **apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidades**.

15.6. Os Atestados de Capacidade Técnica, comprovando o desempenho da licitante em contrato compatível em características e quantidades (art. 4, I, II e III da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL), com o objeto da licitação, será conforme delimitado abaixo:

a) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante prestou/forneceu os serviços condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, prestação de serviços de alimentação no modo Self-Service.

b) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados contemplem que a licitante prestou/forneceu os serviços condizentes com o objeto desta licitação, no mínimo 2.483 (dois mil quatrocentos e oitenta e três) refeições do quantitativo total do objeto desta licitação.

c) Entende-se por pertinente e compatível em prazo o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados contemplem que a licitante prestou/forneceu os serviços condizentes com o objeto desta licitação, no mínimo 2 (dois) dias do quantitativo total do objeto desta licitação.

15.7. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.

15.8. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no artigo 43 parágrafo 3º da Lei Federal 8.666/93 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

15.9. **Da Qualificação Econômica e Financeira**

a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº. 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

a.1). Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.

a.2) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

b) Balanço Patrimonial, referente ao exercício social do corrente ano, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que a Pregoeira, possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas a menos de um ano), não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta.

b.1) no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

15.10. **Da Regularidade Fiscal**

a) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

f) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

g) Certidão de Regularidade de Débito - CND, relativa às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Seguridade Social, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

15.11. **Da Regularização Trabalhista**

15.11.1. Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

16. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO

16.1. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de sua vigência, de acordo com a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

17. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1. Conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666/93, o instrumento de contrato poderá ser substituído por instrumento hábil, no caso a nota de empenho de despesa.

17.2. Os preços serão fixos e irrevogáveis nos doze meses da vigência do contrato.

17.3. Se for formalizado o Contrato Administrativo, ficará estabelecido em cláusulas as condições e responsabilidades entre as partes, para fornecimento do objeto, em conformidade com este instrumento e com a proposta da empresa, sob o crivo da Procuradoria Geral do Estado – PGE-RO.

18. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:

18.1. O Contrato oriundo do presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto pelo do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

19. GARANTIA CONTRATUAL/ REAJUSTE CONTRATUAL E RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Não serão exigidas Garantias Contratuais, uma vez que o objeto da presente licitação não apresenta grande complexidade.

19.2. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 2º, da Lei Federal nº 10.192/01. O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

19.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

19.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.5. A contratante poderá realizar acréscimo ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitadas os limites do artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) da (s) Contratada (s).

20. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

20.1. A fiscalização do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por uma comissão de no mínimo 03 (três) pessoas, indicados pelo titular da pasta, dos quais deverão dentre outros averiguar o que segue;

20.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato sob os aspectos qualitativo e quantitativo, conforme prevê o art. 67, da Lei nº. 8.666/93, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver em desacordo com o contrato, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto a sua execução;

20.3. Supervisionar, fiscalizar, atestar e conferir o objeto, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, podendo recusar tudo o que estiver em desacordo com as normas ou descrições contidas neste Termo de Referência;

20.4. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

20.4.1. Para fiel aquisição do objeto, deverá obedecer o disposto na lei 8666/93, e demais dispositivos legais e dispostos nas instruções normativas em Vigência Geral e no Estado de Rondônia.

20.4.2. A CONTRATADA deverá garantir a substituição do objeto que apresentarem qualquer tipo de avaria ou imperfeição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de notificação expressa pela CONTRANTE, sem que haja ônus para a Administração.

21. SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

21.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

22. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

22.1. As despesas advindas do presente processo correrão à conta dos programas abaixo descritos:

UG	FONTE DE RECURSO	PROGRAMA	P.A	ELEMENTO DE DESPESA
16004	2749	1216	1064	33.90.39

As despesas correrão por conta da seguinte Programação:

Fonte: 2749

P.A: 01.1604.27.811.1216.1064 - Implementar o Desenvolvimento do Desporto de Rendimento - PRODER

E.D: 33.90.39 - Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica

Específicos consignados a Superintendência da Juventude, Cultura Esporte e Lazer - SEJUCEL, aprovado na LOA 2023, **Lei Orçamentária nº 5.527, de 06 de Janeiro de 2023** ([0036083655](#)).

23. **DA ESTIMATIVA DA DESPESA**

23.1. O valor estimado para a presente contratação será oportunamente juntado aos autos pelo Setor de Pesquisa de Preços da SUPEL, realizados através de cotação de preços no mercado ou o existente em seu banco de pesquisa em atendimento à competência designativa da Lei nº 8.666/93.

24. **APLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº. 21.264/2016**

24.1. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade, conforme disposições constantes no Art. 6º do Decreto Estadual nº. 21.264/2016.

25. **CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

25.1. Não se aplica ao certame em tela

26. **DA CONTRATAÇÃO DE ME E EPP - DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017**

26.1. No tocante ao Tratamento Favorecido, Diferenciado e Simplificado às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, informamos que não poderá ser aplicado o Art. 8º do Decreto Estadual Nº 21.675/2017, pois neste caso, apesar do objeto ser divisível, ele guarda estrita identidade de natureza e características semelhantes entre seus itens, além de guardar correspondência em sua composição, impossibilitando sua divisão em empresas distintas, a fim de não prejudicar o resultado esperado pela Administração.

27. **CONDIÇÕES GERAIS:**

27.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste Termo de Referência serão resolvidos e decididos aplicando-se a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Estadual nº 26.182/2021, e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e amplitude de legislação aplicável vigente.

27.2. O CONTRATADO compromete-se a aceitar, cumprir e fazer cumprir as determinações legais previstas no Termo de Referência.

27.3. O CONTRATADO declara ainda, aceitar os termos inerentes as necessidades e demanda da Secretária de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL.

27.4. Na ausência de prazos definidos neste instrumento, salvo justificativa da Administração, entenda-se 05 (cinco) dias consecutivos para atuação dos agentes envolvidos, em consonância com a Lei 9.784/99.

27.5. A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual 4.007 e Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal.

27.6. Será eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.

Elaborado:

Juliana Molina Romano

Chefe do Setor de Compras

Revisado:

DIEGO SOUSA SANTO

Coordenador Administrativo e Financeiro

Portaria nº 30 de 06 de fevereiro de 2023

Na Forma do que dispõe o artigo 7º, paragrafo 2º e incisos I, II da Lei nº 8.666/93, **aprovo, declaro e dou fé no presente Termo de Referência e Anexos.**

De acordo,

SUELEN FEITOSA GOMES

Secretária Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL (em substituição)

Portaria nº 75, de 11 de abril de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Suelen Feitosa Gomes, Coordenador(a)**, em 09/08/2023, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LOURIVAL JUNIOR DE ARAUJO LOPES, Secretário(a)**, em 09/08/2023, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Molina Romano, Chefe de Unidade**, em 09/08/2023, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0040586704** e o código CRC **BB9CDC05**.